



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13609.001906/2008-18
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>2202-003.860 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	10 de maio de 2017
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Embargante</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	FERNANDO DE ANDRADE LANZA

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Ano-calendário: 2003

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE.

Cabem embargos de declaração quando o acórdão contiver obscuridade, omissão ou contradição entre a decisão e seus fundamentos, ou for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se a turma (art. 65 do RICARF).

Rejeitam-se os embargos declaratórios, tendo em vista a ausência da obscuridade apontada na decisão embargada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração, ratificando o Acórdão nº 2802-002.122, de 19/02/2013.

(assinado digitalmente)

Marco Aurélio de Oliveira Barbosa – Presidente

(assinado digitalmente)

Cecilia Dutra Pillar - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Marco Aurélio de Oliveira Barbosa, Júnia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Martin da

---

Silva Gesto, Cecilia Dutra Pillar e Marcio Henrique Sales Parada. Ausente justificadamente Rosemary Figueiroa Augusto.

## Relatório

Trata o presente processo de autuação decorrente de dedução indevida de despesas médicas verificada no ano calendário de 2003. A glosa das despesas no valor de R\$ 22.000,00 foi motivada pela falta de comprovação do efetivo desembolso dos valores pagos, tais como cheques, saques bancários ou outros elementos de prova.

Em sessão de julgamento ocorrida em 19/02/2013 foi proferido pela 2<sup>a</sup> Turma Especial da 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento do CARF, o Acórdão nº 2802-002.122 (fls. 48/50) que deu provimento ao recurso para restabelecer as deduções, com a ementa que transcrevo:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF*

*Exercício: 2003*

*IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. DEDUÇÃO DE DESPESAS MÉDICAS. EXIGÊNCIA DE PROVA DO DESEMBOLSO OU DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SEM APONTAMENTO DE VÍCIOS NOS COMPROVANTES APRESENTADOS PELO CONTRIBUINTE. INCABÍVEL.*

*Não tendo a autoridade autuadora apontado quaisquer vícios nos comprovantes apresentados pelo Contribuinte, limitando-se a exigir, concomitantemente à exigência de apresentação dos recibos e outros elementos, prova do pagamento das despesas e da efetiva prestação dos serviços, é de se manter o valor deduzido, pois deve a autoridade fiscal justificar a exigência da prova do efetivo desembolso, demonstrando que há vícios nos comprovantes trazidos aos autos.*

*Recurso provido.*

A Fazenda Nacional foi cientificada da decisão e opôs Embargos de Declaração (fls. 52/53), alegando a existência de obscuridade no Acórdão pelas seguintes razões:

*Esse eg. Colegiado deu provimento ao recurso voluntário para “restabelecer a dedução das despesas médicas glosadas pelo auto de infração, no montante de R\$ 22.000,00, nos termos dos comprovantes de fls. 07-18, desconstituindo-se integralmente o lançamento”.*

*Ocorre que restou obscura a metodologia utilizada pelo Colegiado para chegar ao importe de R\$ 22.000,00.*

*Explica-se: Analisando os documentos mencionados no voto condutor do acórdão, observa-se que, no recibo juntado à fl. 18 consta, na parte numérica, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Todavia, no campo referente à discriminação, por*

---

*extenso, do montante pago, consta a descrição de apenas R\$ 1.000,00 (mil reais). Verifica-se, pois, uma incongruência no próprio recibo apresentado pelo contribuinte: num campo faz-se referência ao desembolso de R\$ 6.000,00, no outro, ao valor de R\$ 1.000,00.*

*Nesse contexto, a fim de que não parem dúvidas acerca do resultado do julgado, faz-se mister que o Colegiado esclareça se tal recibo (fl. 18) tem o condão de comprovar a despesa médica alegada. E, em caso positivo, explice qual das duas informações, constante no mesmo recibo, deve ser considerada para fins de calcular o valor de dedução a que o contribuinte faz jus, esclarecendo, ainda, as razões de decidir adotadas pela Turma.*

Os embargos foram distribuídos ao então Conselheiro - Relator para exame de admissibilidade, nos termos dos artigos 65 e 66 do RICARF, que assim se pronunciou em Despacho de fls. 56/57:

*Preliminarmente, é de se admitir que os presentes embargos são tempestivos, nos exatos termos em que dispõe o art. 7º, § 3º da Portaria MF nº 527/10, eis que, intimada a Representação da Fazenda Nacional/Embargante do Acórdão de fls. 48/50 no dia 7 de junho de 2013 (fls. 51), foram os mesmos opostos em 13 de junho de 2013, conforme fls. 54.*

*Todavia, conquanto valha o respeito ao esforço do douto representante da Fazenda Nacional, entendo que os embargos incorrem em equívoco, na medida em que a fundamentação do julgado foi exatamente no sentido contrário ao do exame dos recibos apresentados pelo então Recorrente, pelas razões expendidas no Acórdão embargado, cujo excerto abaixo bem esclarece:*

*Exige-se do contribuinte prova de efetivo desembolso de despesas médicas, quando apresentou recibos. Pouco importa se tenham sido tais recibos apresentados em fase de fiscalização ou de impugnação, pois nem o auto de infração nem a DRJ invocam qualquer vício constante nos comprovantes apresentados pelo contribuinte, não aferem se atendem ou não aos requisitos legais para sua aceitação como fundamento documental à dedução pleiteada, nem exibem razões para sustentar que há dúvida quanto a sua idoneidade.*

*Sendo assim, o lançamento de ofício não pode prevalecer diante dos recibos apresentados pelo contribuinte aos quais a autoridade fiscal não atribui vício algum, exceto a necessidade de comprovação de efetivo desembolso. Se considera a fiscalização que a documentação é inidônea para comprovar as despesas informadas, deveria se haver desincumbido de apontar as razões para tanto.*

*Por esta razões, não se pode aqui adentrar a analisar se os comprovantes trazidos pelo recorrente atendem ou não às exigências do RIR/99 para servirem de comprovação de suas deduções, já que não fundou-se o auto de infração ou a decisão da DRJ na indicação de qualquer deficiência dos mesmos.*

*Desta forma, o provimento do recurso voluntário acarretou o consequente cancelamento da glosa de despesas médicas no valor de R\$22.000,00, de acordo com a descrição de fatos e enquadramento legal da notificação de fls. 06, não utilizando o acórdão embargado nenhuma metodologia ou cálculo para se chegar ao citado montante.*

*Por estas razões, proponho sejam os presentes embargos rejeitados, por absoluta inexistência de qualquer obscuridade a sanar.*

Todavia, em despacho de fls. 58, o então Presidente da 2ª Turma Especial/2ª Seção do CARF, posicionou-se em sentido contrário, nos seguintes termos:

*Com o devido respeito ao entendimento do Relator, considero que o vício contido no recibo de fls. 18 está diretamente vinculado à falta de comprovação do pagamento, razão da autuação, o que autoriza que o Colegiado aprecie os embargos quanto a esse ponto, nos termos da parte final do §3º do art. 65 do RICARF.*

Assim, restaram admitidos os embargos.

Tendo em vista as alterações na composição dos Colegiados do CARF, incluindo a extinção das Turmas Especiais e considerando que o então Relator não mais compõe o quadro de Conselheiros do CARF, o processo foi devolvido à Secretaria da 2ª Seção de Julgamento para novo sorteio e a mim distribuído.

### **É o Relatório.**

### **Voto**

Conselheira Cecilia Dutra Pillar - Relatora.

Os embargos de declaração são tempestivos, conforme relatado e, portanto, devem ser conhecidos.

De acordo com o Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 343/2015, o cabimento dos embargos de declaração está disciplinado em seu art. 65, nos seguintes termos:

*Art. 65. Cabem embargos de declaração quando o acórdão contiver obscuridade, omissão ou contradição entre a decisão e os seus fundamentos, ou for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se a turma.*

A obscuridade decorre da falta de clareza e precisão da decisão de modo a não permitir a certeza a respeito das decisões resolvidas. A omissão refere-se à ausência de apreciação de questões relevantes acerca das quais o julgador deveria ter se manifestado, inclusive aquelas que devam ser conhecidas de ofício. A contradição ocorre quando há proposições inconciliáveis entre si ao longo da decisão, de forma que a afirmação de uma significará logicamente a negação da outra.

A deficiência apontada pela Embargante, no entanto, não se refere a qualquer desses vícios pois o acórdão embargado foi suficientemente claro nas razões de decidir:

*Exige-se do contribuinte prova de efetivo desembolso de despesas médicas, quando apresentou recibos. Pouco importa se tenham sido tais recibos apresentados em fase de fiscalização ou de impugnação, pois nem o auto de infração nem a DRJ invocam qualquer vício constante nos comprovantes apresentados pelo contribuinte, não aferem se atendem ou não aos requisitos legais para sua aceitação como fundamento documental à dedução pleiteada, nem exibem razões para sustentar que há dúvida quanto a sua idoneidade.*

Observa-se que na Notificação de Lançamento foram apontadas duas causas para a glosa das despesas: falta de comprovação do efetivo pagamento e falta do endereço do profissional nos recibos. Porém, quando da impugnação o interessado integrou o endereço aos recibos e outras observações quanto aos serviços executados e a falta de endereço ou formalidade dos recibos deixou de ser objeto da lide, tanto é que a decisão da DRJ não indica qualquer deficiência dos mesmos.

A embargante pretende que seja analisada questão que não compôs o litígio neste CARF, qual seja: a validade dos documentos apresentados pelo contribuinte, apontando vício que, no entender do então Presidente da Turma Especial, está diretamente vinculado à falta de comprovação do pagamento.

Não vislumbro obscuridade no acórdão. A situação que se apresentou para julgamento foi a falta de comprovação do efetivo desembolso dos valores pagos, ou seja, a fiscalização mesmo à frente de recibos para os quais não apontou irregularidades, exigiu do contribuinte que comprovasse a origem dos recursos utilizados para efetuar os pagamentos e o Colegiado, por unanimidade refutou esta exigência, por entender que os recibos são prova suficiente para a dedução das despesas médicas.

Portanto, entendo que não assiste razão à Embargante pois não se pode impingir obscuridade a julgamento que tratou das matérias trazidas à lide.

Diante do exposto, rejeito os Embargos de Declaração, ratificando o Acórdão nº 2802-002.122, de 19/02/2013.

(assinado digitalmente)

Cecilia Dutra Pillar – Relatora

